

## RESOLUÇÃO Nº 008/2025 – CAD/UNESPAR

**Aprova o Regulamento do banco de horas da Universidade Estadual do Paraná, que estabelece os procedimentos de registro, fruição e controle de horas excedentes.**

**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR**, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

**considerando** o inciso VI do art. 9º do Regimento Geral da Unespar;

**considerando** o Capítulo VIII da Lei Estadual nº 20.933/2021, que estabelece regras atinentes à Gestão de Pessoas, dispondo, dentre outras, sobre os procedimentos com relação à compensação de horário e do banco de horas;

**considerando** a necessidade de adequar as normas internas e os procedimentos administrativos em conformidade com as disposições legais vigentes;

**considerando** a solicitação autuada no protocolado nº 22.881.775-4;

**considerando** a deliberação contida na Ata da 2ª Sessão (1ª Ordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 30 de janeiro de 2025, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar o Regulamento do banco de horas para o quadro de agentes universitários da Universidade Estadual do Paraná, conforme o Anexo I desta resolução.

**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Publique-se no *site* da Unespar.

Paranavaí, 30 de janeiro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes  
**Reitor em exercício**  
Portaria nº 053/2025 – REITORIA/UNESPAR  
(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 7304/2021)

### ANEXO I

**RESOLUÇÃO Nº 008/2025 – CAD/UNESPAR**

## REGULAMENTO DE BANCO DE HORAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ -

UNESPAR

### DO BANCO DE HORAS

**Art. 1º** O banco de horas será adotado para o corpo de agentes universitários da UNESPAR com o intuito de registrar e controlar as horas excedentes realizadas no interesse da Administração, com a necessidade devidamente comprovada e autorizada pela chefia imediata, em conformidade ao previsto na Lei Nº 20.933/2021.

**§ 1º** As horas excedentes realizadas serão computadas como crédito, além da jornada regular do servidor e, as não trabalhadas, como débito, contabilizadas no Sistema de Ponto Eletrônico de apuração de frequência.

**§ 2º** A permissão para realização de horas extraordinárias é facultada à chefia imediata do setor e se dará em função da conveniência, do interesse e da necessidade do serviço, não se constituindo direito do servidor.

**§ 3º** O banco de horas não se aplica aos servidores em regime de trabalho em Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE, aos servidores contratados em Regime Especial – CRES e aos que acumulam cargos.

**Art. 2º** A realização ou o registro de horas acima da carga horária estabelecida por lei somente será permitida mediante autorização da chefia imediata, de acordo com o interesse da administração, nos casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

**§ 1º** Para efeito do *caput* deste artigo, considera-se caso fortuito o evento provocado por terceiros, imprevisível e inevitável, que resulte na impossibilidade de o servidor interromper ou registrar as suas atividades no horário regular do seu fim de expediente, e que por isso, o tenha levado à extrapolação do limite estabelecido de horas.

**§ 2º** Para efeito do *caput* deste artigo, considera-se força maior, o evento previsível ou imprevisível, porém inevitável, provocado por ação da natureza, que resulte na impossibilidade de o servidor interromper as suas atividades no horário regular do seu fim de expediente, e que por isso, o tenha levado à extrapolação do limite estabelecido de horas.

**Art. 3º** As horas excedentes à jornada diária somente devem ser prestadas no interesse do serviço e computadas no banco de horas, de forma individualizada, mediante prévia e expressa autorização da chefia imediata, observados os seguintes critérios:

**I** – As horas de trabalho excedentes à jornada diária não serão remuneradas como serviço extraordinário;

**II** – A chefia imediata deverá previamente justificar a necessidade e informar a relação nominal dos servidores autorizados à realização das horas excedentes para inserção em banco de horas;

**III** – As horas armazenadas não poderão exceder:

**a)** 2h (duas horas) diárias;

**b)** 40h (quarenta horas) no mês; e

c) 100h (cem horas) no período de doze meses.

**Art. 4º** Ao completar os limites estabelecidos nas alíneas a, b e c, do inciso 3º, do Art. 4º desta Resolução, fica vedada a realização de horas extraordinárias ao servidor.

**Art. 5º** O controle dos registros será feito via Sistema de Ponto Eletrônico de apuração de frequência da UNESPAR.

#### DA FRUIÇÃO

**Art. 6º** A fruição do banco de horas dar-se-á, obrigatoriamente, mediante prévia e expressa autorização da chefia imediata, a quem compete planejar a compensação das horas e indicar a melhor data para sua fruição, observando que as horas acumuladas em folgas a usufruir estão condicionadas ao máximo de:

I – 24h (vinte e quatro horas) por semana; e

II – 40h (quarenta horas) por mês.

**Parágrafo único.** A fruição do banco de horas ocorrerá, obrigatoriamente, até o término do mês subsequente ao da sua ocorrência, com anuência da chefia imediata.

**Art. 7º** Compete ao servidor que pretende se aposentar ou se desligar da instituição, informar a data provável à chefia imediata, sendo necessária a compensação do período acumulado de banco de horas antes de seu desligamento.

**Parágrafo único.** Nas hipóteses contidas no *caput* deste artigo, o servidor poderá utilizar o montante acumulado em um período único.

#### DA COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO E DAS HORAS NEGATIVAS

**Art. 8º** As saídas antecipadas e os atrasos deverão ser, obrigatoriamente, comunicados antecipadamente à chefia imediata e deverão ser compensados no Sistema de Ponto Eletrônico de apuração de frequência até o término do mês subsequente ao da sua ocorrência.

**§ 1º** A compensação de horas ocorrerá, obrigatoriamente, até o término do mês subsequente ao da sua ocorrência, com anuência da chefia imediata.

**§ 2º** Eventuais atrasos ou saídas antecipadas, decorrentes de interesse do serviço, poderão ser abonados pela chefia imediata.

**Art. 9º** As saídas antecipadas e os atrasos não comunicados à chefia imediata, bem como, as faltas injustificadas e as horas não compensadas no prazo estabelecido, serão lançadas como falta e descontadas em folha de pagamento conforme previsto nos Art. 34 e 35 da Lei 20.933/2021.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10** Em nenhuma hipótese, as horas excedentes contabilizadas no banco de horas serão caracterizadas como serviço extraordinário ou convertidas em pecúnia.



**Art. 11** Os casos omissos serão analisados pela PROGESP/UNESPAR, e submetidos à apreciação e deliberação do CAD/UNESPAR.

**Art. 12** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (Ivone, esse artigo tem que sair, né?)